

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Jacqueline Santana de Araújo Freire

**Educação Financeira: Uma proposta de gestão econômica
individual e familiar**

São Paulo
Maio de 2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Jacqueline Santana de Araújo Freire

**Educação Financeira: Uma proposta de gestão econômica
individual e familiar**

Monografia apresentada à
Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como
exigência parcial para a
obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas, sob a
orientação da Prof. Dr. Flávio
Mesquita Saraiva.

São Paulo
Maio de 2022

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final (_____).

Autorizo a disponibilização desta monografia para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, 20 de maio de 2022 Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Ao escrever essas linhas passa um filme pela minha cabeça, toda trajetória até aqui e chegar agora no final da graduação, é impossível conter as lágrimas. Sei que para alguns é só uma graduação, mas para mim tem um significado importante e quero deixar registrado a quão orgulhosa estou de ter conseguido.

Dedico esse trabalho a minha família, especialmente, as duas pessoas mais importantes de minha vida. À minha mãe e ao Felipe, por todo apoio, compreensão e amor durante esses anos que foi imprescindível para a construção da mulher que me tornei hoje. E ao Didi, que me acolheu, me deu amor, suporte e exerceu o papel de pai de uma maneira linda.

Mãe, talvez você não tenha noção da importância que teve durante minha vida acadêmica e onde isso pode me levar. É graças a você ter segurado a barra tantas vezes em casa, em me permitir estudar mesmo sem condições, em fazer eu acreditar em mim quando nem eu acreditava as vezes, sobre todas as vezes que eu ia pro cursinho e você com todo cuidado preparava meu lanche (e continuou depois na faculdade), foi ao olhar pra você e ver sua garra em acordar todos os dias e ir com o maior orgulho do mundo ser a doméstica mais incrível que eu conheço que eu segui tentando uma bolsa na faculdade, buscando um dia poder retribuir um pouco do que você me deu e esse dia chegou.

Felipe, durante os momentos mais difíceis da minha graduação eu pude olhar para o lado e ter você aqui, por muitas vezes foi no seu ombro que me acolheu, obrigada por me apoiar incondicionalmente e por trilhar esse caminho comigo.

Tão importante quando todo o suporte familiar, agradeço aos amigos que fiz durante esses quatro anos, a presença, parceria, companheirismo nas horas difíceis e amizade de vocês tornaram essa experiência ainda mais prazerosa e sei que fiz amigos para a vida.

Aos professores, que nos passaram todos os ensinamentos com tanta dedicação e por tantas vezes nos deram a oportunidade de pensar e trazer novos pontos de vistas aos diversos assuntos, em especial ao meu orientador Flavio Saraiva, obrigada pela atenção, apoio na elaboração do trabalho e por tornar esse momento mais leve.

Muito obrigada!

FREIRE, Jacqueline. Educação Financeira: Uma proposta de gestão econômica individual e familiar. São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Constantemente se fala a respeito da relevância da Educação Financeira para a qualidade de vida e bem-estar pessoal e social. Todavia, sabemos que ela é, na mesma medida, bastante deficiente no Brasil e infelizmente não está presente no crescimento e desenvolvimento de milhares de pessoas no país. Desse modo, este estudo tem como objetivo apresentar a importância da educação financeira na gestão econômica individual e familiar e nesse contexto busca-se identificar os fatores críticos para a implementação da educação financeira, nortear caminhos que possam desvendar razões, influências, acesso a informações de investimento, produtos direcionados às classes econômicas e/ou sociais que expliquem a baixa exposição atual e sinalizem o potencial de crescimento e inserção da Educação Financeira.

Haja vista a necessidade de se pulverizar esse conhecimento e aprendizados dos conceitos de Educação Financeira, uma vez que, pode-se notar a falta de aculturação da população para tal temática, ou seja, demonstrar todos os benefícios que ocorreriam na vida pessoal, financeira, acadêmica e profissional dos indivíduos quando eles conseguem organizar suas finanças.

Palavras-chave: Educação Financeira, Desenvolvimento, Gestão, Investimento.

ABSTRACT

There is constant talk about the relevance of Financial Education to the quality of live and personal and social well-being. However, we know that it is, to the same extent, quite deficiente in Brazil and unfortunately is not presente in the growth and development of thousands of people in the country. Thus, this study aims to present the importance of financial education in individual and Family economic management and in this context deeks to identify the critical factors for the implementation of financial education, guide paths that can reveal reasons, influences, access to investment information, products targeted at economic and/or social classes that explain the current low exposure and signal the potential growth and insertion of Financial Education.

In view of the need to spray this knowledge and learning of the concepts of Financial Education, since, it can be be noted the lack of community aculturation for this theme, that is, to demonstrate all the benefits that would occur in the personal, financial, academic and professional lives of individuals when they manage to organize their finances.

Keywords: Financial Education, Development, Management, Investment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CRÉDITO NO BRASIL	11
1.1 Crédito no Brasil (1994-2006)	13
1.2 Crédito no Brasil (2007-2020)	19
1.3 Comportamento do Consumidor a partir do acesso ao crédito no Brasil	24
2 ENDIVIDAMENTO DAS FAMILIAS	27
3 CONSUMISMO, ENDIVIDAMENTO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA	33
3.1 Educação Financeira.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1: Gráfico de restrição orçamentária e reta orçamentária	24
Figura 2: Gráfico de curva de indiferença.....	25
Figura 3: Gráfico do equilíbrio do consumidor através da linha de restrição orçamentária e curvas de indiferenças.	26
Figura 4: Ciclo da Pessoa Consumista.....	34
Figura 5: Ciclo do Planejamento Financeiro.....	38
Figura 6: Decisão de Consumo.	41
Gráfico 1: Taxa de Inflação - % (1960 – 2000)	13
Gráfico 2: Evolução do Volume de Crédito/PIB - % (1990 – 1999).....	16
Gráfico 3: Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Recursos Direcionados, Recursos Livres e Total - R\$ milhões (2000 – 2006).....	18
Gráfico 4: Dívida Externa Bruta Pública e Dívida Externa Bruta Privada – US\$ milhões (1990-2020).	20
Gráfico 5: Taxa de juros - Selic anualizada -% a.a. (2005-2013)	32

LISTA DE SIGLAS

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

CMN - Conselho Monetário Nacional

SFN - Sistema Financeiro Nacional

PIB - Produto Interno Bruto

EUA - Estados Unidos da América

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BCB - Banco Central do Brasil

PESE - Programa Emergencial de Suporte a Empregos

PEAC - Programa Emergencial de Acesso ao Crédito

PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PME - Pesquisa Mensal de Empregos

REF - Relatório de Estabilidade Financeira

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

CDB - Certificado de Depósito Bancário

LCI - Letra de Crédito Imobiliário

LCA - Letra de Crédito do Agronegócio

LIG - Letra Imobiliária Garantida

LC - Letra de Câmbio

LF - Letra Financeira

COE - Certificado de Operações Estruturadas

ETFs - Exchange Traded Fund

INTRODUÇÃO

A principal motivação para sustentar esse trabalho, reside na importância que o tema possui para a sociedade atual e em contraste, com a falta de conhecimento de Educação Financeira dos brasileiros.

A ausência de controle no orçamento, resultante da falta de informação e de planejamento financeiro, tem sido um dos motivos que afeta a saúde financeira dos consumidores. Pela ausência de saúde financeira, grande parte da sociedade contemporânea acaba ficando a margem do mundo dos investimentos e esse resultado decorre da falta de conhecimento.

É sabido que estudar e demonstrar a importância da Educação Financeira, poderá influenciar - de forma positiva - o indivíduo e a maneira como ele lida com o dinheiro, não somente no âmbito de investimentos, como o exemplo acima. Principalmente, diante de tempos turbulentos em termos políticos e econômicos como os atuais, ter o conhecimento no tema proposto pode funcionar como um catalisador para as mudanças em que estamos vivendo. Garantindo assim, uma vida mais equilibrada, onde não é preciso se arriscar para trazer o sustento do seu lar. A ausência de saúde financeira acarreta também em impactos sobre a qualidade de vida dos consumidores, haja vista que uma das maiores consequências de uma má gestão financeira é o endividamento e dívidas que geram estresse, insônia, depressão, problemas familiares e outros desequilíbrios sociais.

Tendo em vista a importância do tema, este trabalho é de relevante interesse econômico-social por fomentar a discussão em relação à importância da melhor gestão das finanças pessoais e familiares, visto que, conseqüentemente pode auxiliar na diminuição do endividamento dos brasileiros, que segue em constante alta. Principalmente após observamos a inadimplência dos brasileiros, que superam o que foi registrado durante a pandemia, de acordo com a Serasa Experian temos nesse primeiro trimestre de 2022 64,8 milhões inadimplentes no país. Isto significa que cerca de 40% da população adulta do país está com dívidas atrasadas ou negativas.

A Educação Financeira é uma excelente ferramenta e talvez a única, para que possamos aprender a lidar com essas questões e usufruir do dinheiro de maneira adequada e é essencial passar por esse processo comportamental de aprendizado. E quando nos referimos a educação Financeira como ferramenta de melhoria e gestão econômica

individual e familiar não é somente para ensinar essas pessoas como construir tabelas orçamentárias e planilhar os seus gastos. Estamos pensando nas decisões financeiras de pessoas ou famílias, vinculadas principalmente a noção de planejamento, criando alternativas para melhor investir o dinheiro, ajudando assim a acumular e, sobretudo, proteger as riquezas materiais através da diminuição de dívidas por gastos desnecessários e despertar a ideia de economizar para ter uma vida estável. Temos a mesma percepção do Economista Macedo Jr. (2013, p.42), ao apontar o planejamento financeiro como o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir satisfação pessoal. Para ele, o planejamento permite que a pessoa controle sua situação financeira para atender as necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida. No sistema capitalista, planejar é fundamental e necessário, haja vista que a finalidade da produção dos bens e serviços são o consumo e a satisfação das necessidades. Quando aprendemos a gerenciar nossas produções, recursos financeiros e consumo, o resultado consiste em uma ação fundamental que garante a nossa sobrevivência e bem-estar. Esta falta de conhecimento de qual é a melhor forma de lidar com o dinheiro, aliado a falta de planejamento está enraizada no contexto histórico-social.

Estima-se que ato de planejar leva o ser humano a refletir sobre sua situação e uma possibilidade de visão de futuro almejada e visualizada como ideal, por meio do controle das finanças, as famílias têm a condição apropriada, da gestão financeira, para alavancar e melhorar as condições orçamentárias. O desejo de consumo, essência do sistema capitalista, e o ato de consumir com responsabilidade financeira pode ser atingido de forma mais rápida quando realizado com controle das receitas e despesas familiares com a participação de cada indivíduo ou do grupo familiar.

Porém, apesar de ser um assunto bastante recorrente e de suma importância nos dias de hoje, falar e pensar sobre Educação Financeira só ganhou grande relevância nas últimas décadas, logo, fica evidente que o atraso em uma busca por conhecimento mais específica, deriva também da histórica instabilidade econômica do país, que só começou a ser rompida após o surgimento do Plano Real em 1994. Todos esses fatores relacionados, permitiram ao brasileiro uma nova oportunidade de compreender o conceito do planejamento econômico. E este cenário está em constante mudança até hoje, periodicamente há novos debates que influenciam a Educação Financeira e sua importância no comportamento individual e na definição da prosperidade financeira dos indivíduos.

O trabalho está estruturado em três capítulos, após essa breve introdução o primeiro capítulo irá abordar a concessão do crédito no Brasil em perspectiva histórica e sua evolução durante os anos, além da contextualização de alguns fatores macroeconômicos e como o acesso ao crédito influenciou o comportamento dos consumidores na atualidade. O segundo discute o endividamento das famílias brasileiras, que decorre, principalmente, da postura do consumidor na sociedade onde os serviços de crédito tornaram-se essenciais com a expansão do mercado de consumo. O terceiro traz a discussão sobre os desafios e aspectos do consumismo e por fim a educação financeira e como ela pode auxiliar na vida financeira dos indivíduos. Por fim, serão feitas considerações a título de finalização do trabalho.

Esta monografia abrange as seguintes áreas da classificação JEL: D12; D14; G11.

1 CRÉDITO NO BRASIL

Pode-se afirmar que o sistema financeiro brasileiro se iniciou em 1808 com criação do Banco do Brasil e não houve mudança significativa em sua estrutura até 1945, quando foi constatada a necessidade de providenciar uma reorganização bancária nacional devido, principalmente, ao aumento do volume das operações do sistema financeiro.

Desse modo, as autoridades brasileiras criaram a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a fim de exercer o controle do mercado monetário brasileiro e preparar a organização de um Banco Central.

O crédito tem importante papel no processo de acumulação de capital, sendo de grande importância nas economias capitalistas e um transformador financeiro em diversas modalidades, escalas dos setores produtivos e das famílias. É considerado um elemento do desenvolvimento econômico, com grande potencial de inovação e estímulos no ciclo econômico que são capazes de aumentar as forças produtivas e, como resultado, a produção de bens e serviços.

Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera neste sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia sugerir a partir de um mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito. (Schumpeter, 1997, p.111)

Com o aumento da industrialização no final da década de 1950 em soma com o crescimento das vendas à prestação, foram determinantes para a elevação da procura por crédito a médio prazo. Consequentemente houve um estímulo de financiamentos e surgimento de novas Financeiras.

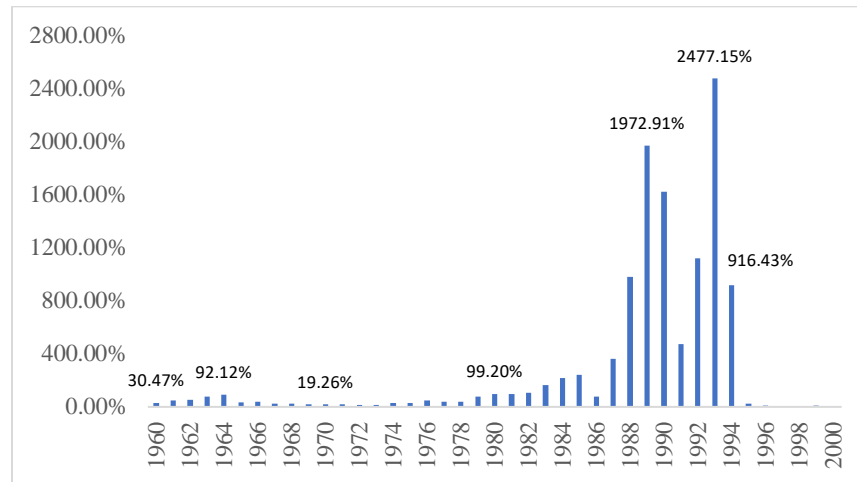
Mas, o sistema financeiro continuou ineficiente, regido por normas bancárias ultrapassadas e não atendia as transformações e desenvolvimentos econômicos que se intensificava no país. Desse modo, nos anos 1960 foi aprovado a lei de reforma bancária, que contava com algumas modificações estruturais com o objetivo de criar incentivos à poupança - No ano de 1964 houve a criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional (CMN) para ser o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Logo após, com a publicação da Lei de mercado de Capitais (de 14/07/1965) foi permitido que os Bancos de Investimentos de natureza privada, sendo autorizado às Instituições Financeiras que realizassem operações relacionadas à concessão de crédito de médio e longo prazo tornaram-se bancos de Investimentos. Tendo em vista a regulamentação do mercado para a elaboração de alternativas significativas aplicação para o público e de captação de recursos pelas empresas. Estas medidas, combinada com a criação da correção monetária, permitiram aos bancos atuarem de fato como intermediadores financeiros.

O crescimento da economia no Brasil durante o período denominado como milagre econômico, no final dos anos 1960 e início dos 1970, ganhou notoriedade devido aos índices de crescimento obtidos pelo Produto Interno Bruto (PIB). Houve uma retomada do investimento público em infraestrutura, contribuição ao processo de industrialização, com algumas restrições ao crescimento do salário, principalmente o salário-mínimo.

Contudo, durante a década de 1970 ocorreu a segmentação do Sistema Financeiro Nacional, devido a liberalidade na abertura de instituições financeiras e vulnerabilidade na fiscalização. E em 1989 a criação dos bancos múltiplos, que ampliaram a eficiência e solidez do sistema bancário. Terminado o ciclo do milagre, a economia do país entra nos anos 1980 e 1990 profundamente enfraquecida para conduzir qualquer estratégia de investimento.

Representadas por gastos públicos descontrolados, recessão econômica e alta inflação o que agrava a capacidade de crescimento. A alta inflação levava o sistema financeiro a operar basicamente no curto prazo e prestações elevadas. O gráfico 1 mostra a inflação desde os anos 1960, mostrando os picos no final da década de 1980 e início dos anos 1990.

Gráfico 1: Taxa de Inflação - % (1960 – 2000)

Fonte: IGP-DI/FGV (1948-1979); IPCA (inflação oficial/1980-2000), IBGE, 2021.

Neste período, os bancos tinham poucos incentivos a conceder crédito, dados os altos ganhos inflacionários, captavam depósitos à vista e outros recursos que não tinham correção monetária e emprestavam com as taxas corrigidas.

Diversos planos de estabilização fracassaram e os níveis de inflação ao final desses planos eram quatro vezes maiores do que no início de 1984. Até o lançamento do Plano Real em 1994, quando finalmente a economia brasileira começa a se estabilizar, com um ajuste fiscal e reforma monetária, controle da inflação e aumento do investimento externo.

1.1 Crédito no Brasil (1994-2006)

Esse capítulo visa a apresentar os princípios mais relevantes da evolução do Crédito no Brasil no Pós-Real, é sabido que o crédito é um dos fundamentos da economia contemporânea e globalizada. Nas economias modernas e desenvolvidas o crédito é um dos motores cruciais desse crescimento e o crescimento econômico está atrelado, diretamente, ao desenvolvimento de uma sociedade como um todo. Nos países emergentes, como o Brasil, o crescimento é primordial para diminuir as barreiras das desigualdades.

Durante praticamente duas décadas, o Brasil foi fonte inesgotável de planos econômicos que prometiam acabar com o problema da hiperinflação que assombrava o país e seguia fracassando, após sucessivas trocas monetárias em julho de 1994 o Plano

Real foi implementado e obteve êxito na estabilidade da inflação brasileira. Até 1993, o Brasil possuía uma inflação de mais de 30% a.m e com a inserção do Plano Real a inflação diminui e chega a patamares de 7% a.m. Os efeitos mais significativos do Plano foram sentidos nas classes de baixa renda, que tiveram um aumento no poder de compra, em função, principalmente, da estabilidade de preços e redução do imposto inflacionário. Com essa conquista de estabilidade, valorização e retomada de confiança o real impulsionou o consumo, além disso, os consumidores desta classe baixa dispõem de uma alta propensão marginal a consumir, uma vez que uma grande parte de seus salários são convertidos em consumo corrente. Desse modo, o governo privatizou ativos e aumentou o juro com o propósito de diminuir a circulação monetária e assim, manter o controle da inflação. Portanto, de agora em diante o problema não era mais a inflação e sim os juros (Lopes, 2015).

Até 1994, não existia incentivos para que fossem desenvolvidas políticas de crédito eficientes, tendo em vista, a regulamentação da concessão de crédito no Brasil. Visto que, a correção inflacionária permitia que a recuperação dos prejuízos decorrentes da inadimplência fosse recuperada por meio da remarcação de preços. Com o início do Plano Real e a implementação de uma moeda permanente e a queda vertiginosa da inflação mensal, não há mais remarcações, reajuste de preços e salários. Rever todas as margens!

Com a implantação do Plano Real, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) dispôs de grandes transformações em toda a sua estrutura, modificando, principalmente, suas atuações com os agentes econômicos e instituições financeiras. Isto porque, a inflação era a principal fonte da receita bancária e agora cria-se a necessidade de buscar novas formas de obter lucro, assim as operações de crédito mostram-se como grandes candidatas.

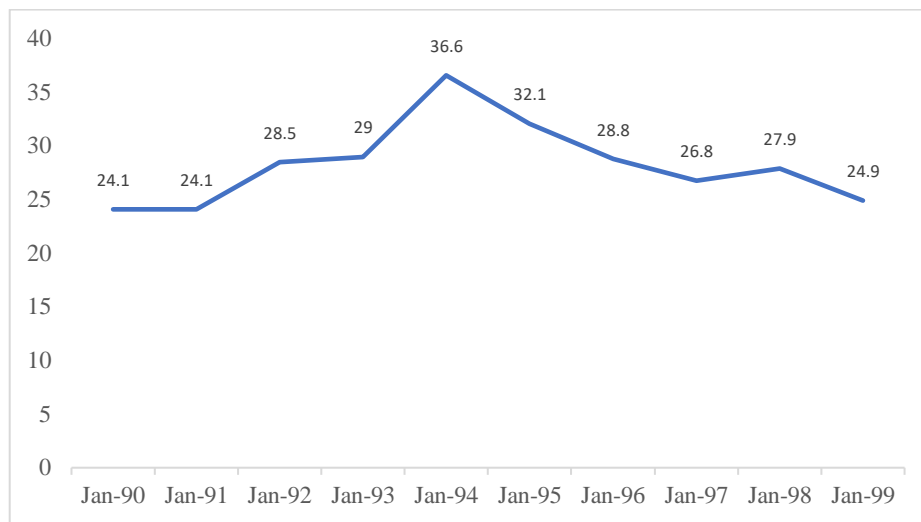
Alguns autores acreditavam que após essa modificação do cenário econômico, a lucratividade dos bancos, deixaria de depender da captação de depósitos e passaria a depender do crescimento das operações de crédito. (SOARES, 2001, p.5).

O banco passa a ser reconhecido como provedor de crédito, ou seja, o sistema financeiro é intermediário financeiro entre os agentes superavitários e deficitários, transferindo poupança para investimentos e originam moeda através do crédito. Ou seja, todo depósito em conta corrente é considerado uma captação de dinheiro, esse valor é

emprestado para outros clientes através de mais depósitos e geram novas captações que, conseqüentemente, gerarão novos empréstimos.

Como se pode analisar no gráfico 2, à medida que a estabilidade ia se tornando mais plausível, havia o aumento do crédito. Em conjunto com o aumento da participação no mercado de crédito dos bancos privados, que era de 10% em 1989 e em junho de 1994 chegou a 42%. Verifica-se uma forte tendência do crescimento do crédito entre 1992 e 1994, mesmo com o baixo desempenho da economia, porém logo esse movimento foi revertido. Com a implementação do Plano Real a expectativa era de que todo o processo de ajustamento dos bancos iria desencadear na expansão das operações de crédito de forma exponencial, de modo que, a taxa de crescimento do crédito bancário teria que ser superior a constatada antes do plano. Entretanto como se pode ver no gráfico 2 essa expectativa não se confirmou, por alguns motivos, um deles foi em decorrência dos ajustes nas normas que o Banco Central fez quando implementou o Plano a fim de controlar a expansão do crédito, pois acreditava-se que essa explosão resultaria em uma possível estabilidade dos preços. Outro motivo que foi considerado como inibidor do crédito foi a adesão ao Acordo de Basileia em 1994, que tinha como objetivo diminuir a desigualdade na concorrência entre os bancos de países diversos e, conseqüentemente, minimizar os riscos de possíveis adversidades nas atividades bancárias. Com isso, limitou a alavancagem dos bancos e os motivou a aplicar títulos públicos federais ao invés de aplicações em crédito, visto que, essas passaram a possuir um limite por banco, além de limitarem o montante das operações de crédito, muitas normas relacionadas ao acordo e os bancos começaram a restringir e direcionar o crédito para cliente que aceitava pagar as taxas mais elevadas, visando maximizar seu retorno.

A crise cambial de janeiro de 1999 e a substituição do regime monetário de metas cambiais pelo regime metas de inflação, marcam o fim do Plano Real e o início de um novo período de estabilidade e consolidação da nova moeda.

Gráfico 2: Evolução do Volume de Crédito/PIB - % (1990 – 1999)

Fonte: Banco Central, 2021.

A década de 2000 se inicia com boas expectativas quanto a evolução das atividades econômicas, firmado, principalmente, pelo cenário internacional favorável e por indicadores de inflação em patamares reduzidos, desse modo, há uma redução da pressão inflacionária nos preços do atacado e do consumidor; uma diminuição na volatilidade da taxa de câmbio, estabilizada em torno de R\$ 2,00; uma baixa das taxas de juros; políticas monetárias que contribui para o aumento da atuação do setor privado, ampliando a oferta de crédito e a redução de custos vinculados a empréstimos. Afirmando as expectativas positivas, o PIB cresceu 4,4% nos anos 2000, tendo um dos melhores desempenhos econômicos desde que começou a ser praticado. Tais fatores, associados a melhora das expectativas dos agentes e da situação favorável do cenário macroeconômico impulsionaram a demanda por recursos bancários de empresas, famílias e das condições do crédito. O aumento da demanda por bens de consumos duráveis corroborou para que a expansão do crédito ocorresse em três principais setores: industrial, comercial e pessoas físicas que foi o setor de maior destaque durante o período.

Entretanto, no início dos anos 2001 todo o cenário de expectativas favoráveis sofre alterações em decorrência do surgimento de novas restrições das políticas econômicas, da crise econômica na Argentina, racionamento de energia elétrica ao longo do ano no Brasil e atentados de 11 de setembro que possivelmente acarretaria uma recessão econômica nos Estados Unidos da América (EUA). Tais conjunturas passaram a afetar a evolução das operações de crédito, logo a política monetária tinha como objetivo

minimizar as pressões inflacionárias provenientes da elevação da taxa de câmbio e da alíquota compulsória.

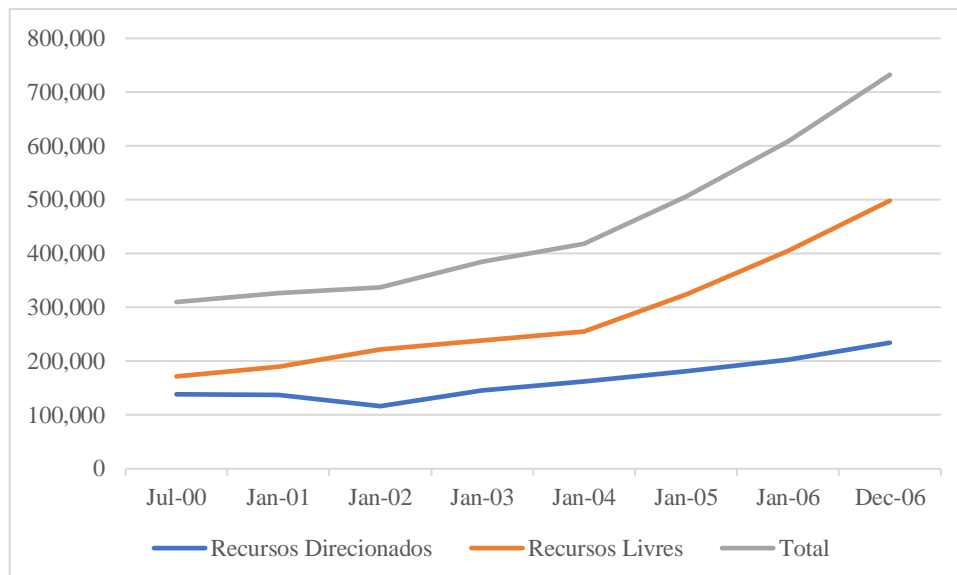
O ano de 2002 sinalizou uma possível crise de confiança com relação ao futuro da política monetária sob o primeiro governo do Luís Inácio da Silva (Lula) que foi eleito pela população brasileira e caracterizou um momento histórico para o país em razão da sua história. Lula apostou no seu carisma, populismo e estabeleceu grandes projetos sociais e estruturais como o Bolsa Família, Fome Zero e Programa de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC). Com o declínio das expectativas dos agentes econômicos, associados as restrições dos financiamentos externos, acarretou o aumento da taxa de juros e instabilidade na taxa de câmbio o que provocou a implementação de uma política monetária mais rígida. A taxa de inflação encerrou o ano em 12,5% sendo o maior, até então, observada desde a instauração do regime de metas de inflação.

O volume de crédito do sistema financeiro esteve vinculado em especial a flutuação da taxa de câmbio, além disso, todas as incertezas associadas ao cenário econômico e fatores citados acima contribuíram para que a demanda por recursos bancários continuasse estável, assim, apesar da inadimplência ter sido contida, o conservadorismo perdurou junto com a seletividade na concessão de novos créditos, direcionados para operações de menor risco. O impacto da redução do crescimento nas operações de crédito com recursos livres foi compensado pelo crescimento dos empréstimos para o setor rural, em decorrência da melhora nos preços das commodities, da depreciação cambial e dos financiamentos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A partir de 2003 o mercado do crédito se mantém em trajetória de expansão, com um aumento significativo na concessão de crédito aos setores público e privado. Este período foi marcado pela retomada de bancos privados nacionais, que estavam empenhados em conseguir aumentar seu market share e as operações de crédito, sendo beneficiados pelo ambiente macroeconômico, estabilidade dos preços e câmbio. Desse modo o mercado de crédito torna-se mais viável e necessário para garantir a ampliação da participação no mercado, obter receitas e lucratividade. As expectativas voltavam-se para um cenário estável e os agentes, incluindo as instituições financeiras, estavam dispostos a obter rentabilidades superiores em detrimento dos ganhos com a liquidez, favorecendo a expansão do crédito.

Esta expansão de crédito foi coordenada, principalmente, pela expansão do crédito com recursos livres para pessoas físicas em financiamentos destinados a aquisição de bens duráveis. As concessões com recursos livres significam que esse crédito pode ser livremente oferecido pelas instituições financeiras com taxas e condições combinadas com o tomador sem limitações impostas pelo governo. Conforme o gráfico 3, podemos observar a expansão dos recursos livres assumindo um movimento mais acentuado em sua curva, com relação aos recursos direcionados, que também cresceram, porém numa proporção menor. Com base no crescimento da demanda de crédito das pessoas físicas, as grandes varejistas veem uma grande oportunidade e reformulam suas estratégias planejando ganhar a concorrência através das operações de crédito proposto para esse público; algumas das estratégias realizadas foram: a aquisições de financeiras, associação com redes de lojas varejistas, ampliação dos prazos de empréstimos e convênios realizados entre conglomerados liderados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e algumas entidades públicas com o objetivo de conceder empréstimos ao próprios funcionários. A evolução do crédito para pessoas jurídicas também indicou uma recuperação consistente de recursos por parte das empresas.

Gráfico 3: Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Recursos Direcionados, Recursos Livres e Total - R\$ milhões (2000 – 2006)



Fonte: Banco Central, 2021.

Foram realizadas duas iniciativas públicas de incentivo ao crédito em 2003, uma delas diz respeito às micro finanças que buscava facilitar e ampliar o acesso ao crédito da população de baixa renda, viabilizar os micros e pequenos empreendimentos

que não eram alcançados pelos programas tradicionais já existentes e a outra iniciativa refere-se as cooperativas de crédito. Tais convênios se tornaram muito comuns e instituiu uma das operações de crédito que mais se expandiu, o crédito consignado. Que foi introduzida formalmente no Brasil em 2003, junto com o pacote de estímulos a economia.

O estoque de crédito consignado saltou de R\$ 10,9 bilhões, o equivalente a 27,3% do crédito pessoal, em janeiro de 2004, para R\$ 32 bilhões, correspondendo a 45,7% do crédito pessoal, em dezembro de 2005. A expansão do crédito com desconto em folha de pagamento permitiu a entrada de novos consumidores no mercado, como os aposentados ou aqueles que conseguiram trocar uma dívida cara por essa modalidade de crédito mais barata e, em um segundo momento puderam expandir o consumo. (CINTRA, 2006, p. 308)

Essas medidas ampliaram o acesso ao crédito desses trabalhadores em condições muito melhores, principalmente com relação a redução das taxas de juros que eram cobradas pelas instituições financeiras, visto que, com o desconto direto na folha de pagamento o risco de inadimplência é amenizado.

Portanto, nota-se que o crescimento na concessão de crédito para as pessoas físicas foi, dentre os setores de crédito privado, o que demonstrou o maior crescimento no período pós-real. Ratificaram para isso, as medidas de caráter microeconômico implementadas no primeiro governo Lula (2003-2006).

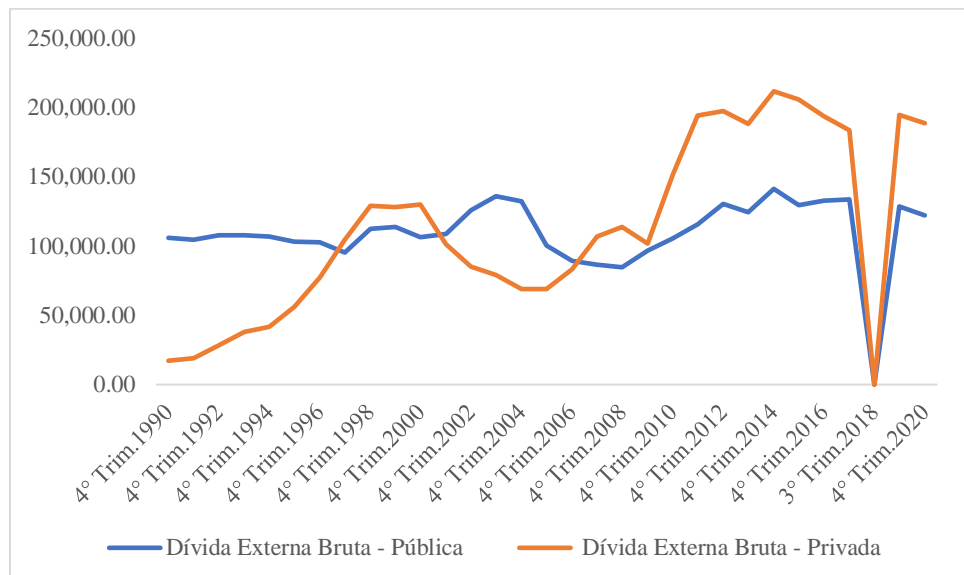
1.2 Crédito no Brasil (2007-2020)

Durante o governo Lula, em especial ao longo do seu segundo mandato (2006-2010), notou-se uma melhora significativa do crescimento econômico e distribuição de renda se comparado ao desempenho dos anos anteriores. Tal como, o crescimento do PIB entre 2004 e 2010 foi de 4,4%, quase o dobro dos 2,3% em média entre os anos 1995 e 2003. Porém, o mesmo não pode ser dito do mandato de sua sucessora Dilma Rousseff, visto que, a média do crescimento entre 2011 e 2014 retrocede para 2,1%, finda num desastre social e econômico a partir de 2015 e em 2020 contou com uma queda de 4,8% a maior já registrada em 25 anos. A relação entre os saldos dos empréstimos e o PIB pode ser considerada uma medida de referência das condições e da profundidade do mercado de crédito. Galeano e Feijó (2011) relatam que a evolução das operações de crédito no Brasil entre 2000 e 2009, foi paralela ao aumento do PIB.

Tal desaceleração pode ser justificada através da diferença do comportamento dos componentes de demanda dentro dos distintos períodos. Ao se observar o gráfico 4,

ou seja, as séries de operações do Banco Central do Brasil (BCB) de crédito para o setor privado entre 1990 e 2020 pode-se destacar que, após um início de crescimento bem moroso as operações de crédito se intensificaram após grande estruturação entre 1993 e 1998, e permaneceram estagnadas até o início da expansão do crédito durante o primeiro governo do Lula. Inicia-se, a partir de patamar baixo do estoque de dívida privada em 2004, um período de crescimento expressivo do crédito para o consumo. Entretanto, este comportamento não se manteve homogêneo nos anos seguintes, tivemos então: o período de aceleração entre 2004-2010, o arrefecimento entre 2011-2014 e a recessão a partir de 2015.

Gráfico 4: Dívida Externa Bruta Pública e Dívida Externa Bruta Privada – US\$ milhões (1990-2020)



Fonte: Banco Central, 2021.

O crescimento observado durante a década de 2000 derivou da evolução da renda disponível, que está diretamente ligada às condições observadas no mercado de crédito, seja em relação à disponibilidade das linhas de crédito ou as taxas de juros praticadas. O avanço no mercado de trabalho brasileiro, com os ganhos reais da parcela de trabalho e queda na taxa de desemprego, contribuiu com as garantias creditícias e alimentou tal expansão, que favorecia a aceleração do crescimento econômico. Percebe-se uma associação entre geração de emprego e concessão de crédito, logo, o aumento na capacidade de pagamento acarreta um maior poder de consumo, e em consequência, o aumento na disponibilidade de empréstimos.

Porém, no primeiro governo Dilma nota-se uma desaceleração da economia brasileira e acredita-se que, a principal questão pelo lado do crédito pessoal segundo Serrano & Summa (2015), foi a ausência de sustentabilidade de longo prazo da relação entre dívida e renda disponível. De 2011 para 2012, o endividamento das famílias atinge o auge, com a relação entre as dívidas das famílias e rendas acumuladas em 12 meses acima de 30% e ao atingir esse patamar inicia um processo de desalavancagem, que contribui para a desaceleração do consumo das famílias.

A partir do arrocho fiscal e monetário, ou seja, os cortes de gastos públicos e meta cheia de superávit primário na parte fiscal, além das medidas macro prudenciais no âmbito monetário. O principal objetivo dessa modificação na política econômica era de sinalizar que a estratégia utilizada até 2010, onde o setor público desempenhou uma conduta central em promover o crescimento econômico, seria descontinuada. Como demonstram Serrano & Melin (2016) as mudanças rumo ao ajuste recessivo mais agressivo durante o primeiro e segundo mandato da presidenta Dilma formam uma combinação sem precedentes de cortes de gastos públicos, elevações da taxa de juros, medidas para contenção do crédito e elevação dos preços administrados (tarifas públicas). De modo que, ao utilizar inúmeros instrumentos de política econômica para desacelerar a atividade econômica e permitir a desvalorização cambial, as autoridades brasileiras levaram o país a maior recessão econômica em anos.

As concessões de crédito foram afetadas pela recessão, no total caíram entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2017 12,2%, já para pessoa física entre abril de 2015 e setembro de 2016 caiu 6,7% e de forma mais expressiva as concessões com recursos direcionados caem 43% entre outubro de 2014 e julho de 2018. No decorrer desse choque recessivo a inadimplência da carteira de crédito da pessoa física vai de 3,6% em junho de 2015 para 4,31% em maio de 2016. A taxa de inadimplência da pessoa física aumenta exponencialmente de 1,9% em dezembro de 2014 e atinge seu pico de 3,99% em maio de 2017.

Após 2 anos de queda continua, o PIB trimestral apresenta taxas positivas de crescimento nos três primeiros trimestres de 2017, desenvolvendo o que foi chamado de retomada do crescimento pelos economistas ligados ao presidente Michel Temer. Aidar e Bastos (2018) explicam que quanto à expansão creditícia houve uma modesta recuperação em 2017 frente aos resultados apresentados em 2016, principalmente no que compete a concessão de crédito às pessoas físicas. O mercado de crédito evoluiu de

maneira consistente com a recuperação da atividade econômica e os estímulos decorrentes do ciclo de política monetária.

Essa recuperação foi mantida no ano de 2018 sendo, mais uma vez, carregado pela concessão de crédito à pessoa física que contou com um crescimento de 8,6% no ano em contrapartida para pessoas jurídicas cresceu somente 1,9%. Esse desempenho foi puxado pelas operações no crédito livre, que cresceu 11,2% tendo sua maior alta desde 2012. Tais indicadores foram acompanhados pela também, recuperação lenta da economia do país, que foram afetados pela greve dos caminhoneiros e como resultado impactou o desempenho da produção e do PIB, o governo passou a subsidiar o preço do diesel, introduziu a redução de R\$ 0,46 no litro do diesel e a greve custou aproximadamente 15 bilhões equivalentes a 0,2% do PIB. O dólar e a Bolsa de Valores tiveram oscilações que foram motivadas por fatores internos e externos, como as eleições e a guerra comercial entre Estados Unidos da América e China. O que derrubou ainda mais as estimativas para o PIB, inicialmente a previsão de crescimento caiu para 1,6%, porém encerrou o ano com o crescimento de 1,1%.

O ano de 2019 se inicia com expectativas positivas para a economia, o presidente Jair Bolsonaro toma posse com promessas de retomada dos investimentos, crescimento econômico, reformas, diminuição do desemprego e melhoras nas contas públicas. Mas, ao longo dos meses esse otimismo foi se esvaindo com a demora da aprovação da reforma da previdência e crises políticas. Ainda sendo impactados por questões internas como o desastre de Brumadinho, que, além da tragédia humana também afetou o desempenho do setor de mineração e as questões externas como a recessão na Argentina, que teve um forte impacto sobre a indústria de transformação, visto que, eles são nossos principais compradores de produtos manufaturados e a guerra comercial entre Estados Unidos e China, que ocasionou uma desaceleração global. O crédito manteve aceleração do crescimento ao longo do ano de 2019, os saldos dos empréstimos e financiamentos cresceu 6,5% quando comparado aos 5,1% em 2018, em alta pelo segundo ano consecutivo e numa expansão guiada pelo crédito livre. Em mais um ano podemos observar o divergente crescimento entre pessoa física que teve um aumento de 11,9% e o recuo de 0,1% para pessoas jurídicas, o que é explicado principalmente pela redução das operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A chegada da pandemia do Covid-19 em março de 2020 derrubou a economia Global e o Brasil não ficou imune ao abalo provocado proveniente das restrições impostas à atividade econômica, adiamento de investimentos, projetos e queda na renda das famílias. Durante o período de crise sanitária e econômica, o governo passou a priorizar a proteção da vida, saúde preservação de empregos e renda da população. Iniciou um conjunto de medidas emergenciais, das quais envolvem um custo fiscal representativo, tanto pelo lado da despesa como da receita. A partir do terceiro semestre alguns setores passaram a mostrar uma lenta recuperação, principalmente a economia que sentiu os efeitos do auxílio emergencial, esse benefício ajudou a mobilizar a economia. O PIB encerrou o ano com uma queda de 4,1%, sendo considerado o maior recuo anual da série iniciada em 1996, em decorrência da pandemia quando diversas atividades econômicas foram parciais ou totalmente paralisadas. O mercado de crédito, no início do ano, era impulsionado pelo segmento de pessoas físicas e continuidade aos anos anteriores. Porém, ao final de março com o início da pandemia houve um aumento significativo no crédito para empresas, com a implementação de programas voltadas ao crédito como: Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) as necessidades de crédito das micro, pequenas e médias empresas foram sendo supridas e isso contribuiu para a evolução do crédito no ano. O crédito para as famílias recuou no início da pandemia, em linha com a queda no consumo principalmente nas modalidades de cartão de crédito a vista e financiamentos de veículos, ao longo do ano essas modalidades foram sendo retomadas em paralelo com a expansão do crédito consignado. O saldo total dos empréstimos e financiamentos cresceu 15,6% no ano diante 6,5% de 2019. A participação do crédito no PIB foi de 46,9% em 2019 para 54,0% em 2020.

Podemos observar a relação do mercado de crédito com a economia como um todo, que funcionam de maneira integrada. A forma como o crédito foi e tem sido importante para a economia brasileira durante as últimas décadas e todo o seu comportamento durante os períodos de aceleração e recessão da economia podendo garantir condições favoráveis ao desempenho dela, uma vez que, antecipa capital e consumo para as familiar e empresas.

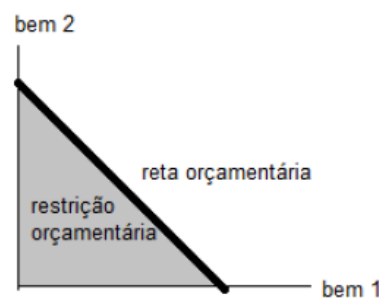
1.3 Comportamento do Consumidor a partir do acesso ao crédito no Brasil

A teoria econômica neoclássica conceitua o agente econômico como um ser racional que assume uma conduta em que visa maximizar seus benefícios e minimizar seus prejuízos, desse modo, pressupõe que ele busca ganhos superiores, suas atitudes e decisões financeiras são direcionadas para este fim e que quando suas condutas, de alguma forma, o fazem cometer erros em uma próxima vez ele agirá com racionalidade e não os repetirá (FERREIRA, 2008). Além da busca por ganhos maiores, os agentes econômicos também fundamentam suas ações em motivações econômicas, fatores culturais, sociais, suas crenças e outros. O aumento expressivo da busca por crédito, por exemplo, foi constante durante o governo Lula em decorrência da aceleração e crescimento da economia e após a crise de 2008. Esse período foi rotulado por muitos estudiosos como “a era do consumo”.

Percebe-se que o consumidor é um dos protagonistas no mercado e seu comportamento é analisado em várias teorias e postulados microeconômicos que tentam prever e explicar suas decisões e escolhas. Como por exemplo, a teoria do comportamento do consumidor, que visa identificar como este se comporta diante de variáveis essenciais como renda, preço e suas escolhas.

O consumidor tenta suprir suas necessidades com o consumo ideal, desde que, esteja dentro dos seus limites orçamentários. Sua principal decisão ao adquirir um produto é baseada na sua preferência, porém caso seu orçamento o impeça de comprar o produto de sua preferência ele irá optar por um produto de menor preço cuja qualidade seja similar ao do bem de sua preferência. O fato é que a ideia de preferência se baseia através do comportamento do consumidor que sempre que puder escolher irá optar pela cesta de bens que ele acha melhor e que lhe traz maior satisfação (VARIAN, 2006).

Figura 1: Gráfico de restrição orçamentária e reta orçamentária

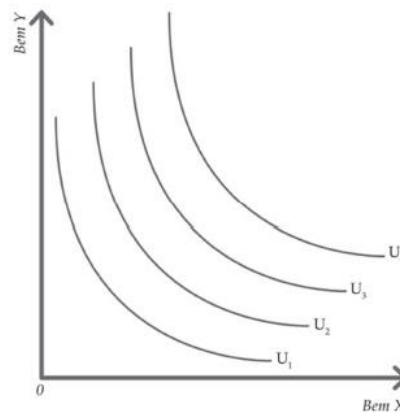


Fonte: Varian (2006) e Resende (2011).

A restrição orçamentária no gráfico representa a quantia que o consumidor tem disponível para gastar por um período determinado e tudo que ele consumir de bens e serviços não pode ultrapassar esse valor. Em paralelo, a reta orçamentária tem como objetivo determinar onde o consumidor esgota sua renda, ou seja, onde a renda recebida naquele período foi gasta totalmente na compra de seus bens e serviços. Haffner (2013) demonstra que a linha orçamentária possibilita uma visão gráfica do poder de compra de um consumidor, quando precisa dividir sua renda entre dois bens de consumo.

Outro estudo que também busca analisar o comportamento e a preferência do consumidor é o gráfico de curva de indiferença, em que a curva representa as preferências do consumidor quando ele tem que escolher entre duas cestas distintas ou demonstrar sua indiferença entre as cestas que estão sendo apresentadas.

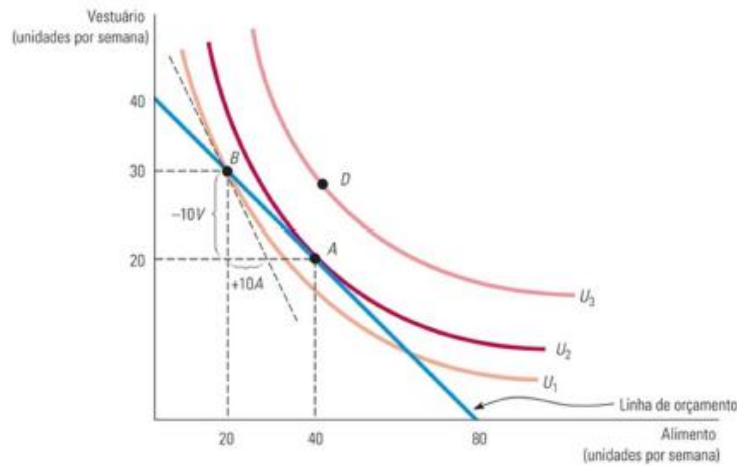
Figura 2: Gráfico de curva de indiferença



Fonte: Haffner, (2013). P. 70.

Se utilizarmos as duas teorias apresentadas, podemos notar que o equilíbrio do consumidor ocorre ao inserir no gráfico da curva de indiferença a linha de restrição orçamentária para consumo de uma cesta definida. Conforme gráfico abaixo.

Figura 3: Gráfico do equilíbrio do consumidor através da linha de restrição orçamentária e curvas de indiferenças.



Fonte: Pindyck; Rubinfeld, (2013). P.

Após observar o gráfico, conclui-se que uma das possibilidades de endividamento do consumidor ocorre a partir do mesmo que, por algum motivo, ele ultrapassa o seu limite orçamentário na obtenção de um produto em detrimento de outro. Com isso, quando for consumir o produto que havia preterido inicialmente o consumidor terá que gastar além da sua renda para garantir sua satisfação e, conseqüentemente, será atraído a utilizar o crédito. Dado que, o acesso ao crédito é extremamente facilitado de maneira indiscriminada e segue sendo um dos principais fatores de endividamento.

Vale ressaltar que seja qual for a teoria microeconômica que se coloque a esclarecer o comportamento do consumidor, do qual seja capaz de justificar o endividamento do consumidor, desconsiderara alguns fatos como mudanças de comportamento, de preferência e possíveis desistências ou arrependimentos de realização da compra. Dado que, tais teorias tem como objetivo somente analisar a previsibilidade do comportamento do consumidor e não uma análise criteriosa do comportamento do indivíduo.

Entender o comportamento do consumidor é tão importante quanto conhecer as razões que o leva a adquirir determinados produtos ao invés de outros, esta noção possibilita que as empresas saibam exatamente como conquistar seus clientes. Isto significa que a atuação do marketing em conjunto com a teoria microeconômica tem um papel fundamental na influência das decisões de compras do consumidor.

2 O ENDIVIDAMENTO DAS FAMILIAS

A partir dos anos 2000, há uma mudança de paradigma referente a própria visão do indivíduo, essa metamorfose se expressa em relação direta com às alterações do cenário econômico brasileiro. De modo que, o endividamento da classe trabalhadora no Brasil, nos anos 2000, faz menção à dinâmica financeira em que o país se encontra desde 1990. A abertura financeira do período possibilitou a criação e a expansão de uma série de produtos e serviços que passaram a ser oferecidos às camadas menos abastadas. Tal fenômeno se traduziu num processo de crescimento exponencial do crédito para pessoas físicas, possibilitado, como dito, pelo surgimento dos bancos privados e de outras políticas de abertura de mercado.

O processo de mundialização e financeirização do capital, intensificado a partir dos anos 2000, está inscrito na superação dos entraves coercitivos que impediam a livre circulação de capitais no mundo. O avanço tecnológico e a liberalização das finanças permitiram um novo acesso às dinâmicas de trabalho e à concentração de capitais na forma de um mercado financeiro. Um mercado que se alimenta do capitalismo produtivo, absorvendo seus lucros. Nesse cenário, o incremento do crédito e o endividamento foram essenciais para acelerar o processo de valorização do capital de maneira geral. É o surgimento de um “capitalismo conduzido pelas finanças” (RIBEIRO, Rodrigo & LARA, Ricardo, 2016, pp. 341).

Para além disso, o controle da inflação, os frutos do Plano Real e o relativo crescimento do país possibilitaram a consolidação de um cenário mais favorável para o florescimento de instituições financeiras para pessoas físicas. Os serviços oferecidos pelos bancos não eram mais apenas destinados às empresas ou indivíduos com grandes montantes de capitais. Esse fenômeno teve efeito dúbio, pois, por um lado, foi fator importante para a manutenção do crescimento do país e, por outro, desembocou em uma cultura do crédito e do endividamento que preocupa diversas entidades financeiras.

A característica singular do Brasil é que o endividamento da pessoa física decorre principalmente por conta de cartões de crédito, crédito consignado, crédito imobiliário e para a compra de automóveis. Em relação ao crédito consignado, por exemplo, trata-se de um serviço mais seguro para as agências prestamistas, o que explica em parte o enorme crescimento deste entre 2003 e 2013: 810,13% em operações e 575,76% em valor de empréstimos para aposentados e pensionistas. Contudo, sem

dúvida, o uso excessivo do cartão de crédito é o fator de maior destaque no cenário do endividamento brasileiro. O cartão de crédito foi demasiadamente mais democratizado, de forma que, com rendas mensais extremamente baixas, já se tornou possível adquiri-lo. Em 2007, dos 83 milhões de cartões, 15 milhões eram para trabalhadores com renda até R\$500,00.

O mercado de crédito inundou o tecido social e rapidamente se popularizou como *modus operandi* de consumo. A problemática é que a população menos abastada se expõe a essa dinâmica de crédito com profunda vulnerabilidade. Comparado com Estados Unidos da América, por exemplo, onde o crédito ocupa o espaço do setor imobiliário, o Brasil destoa na utilização do crédito na modalidade do consumo. O recurso rotativo desse estilo por pessoas menos abastadas tornou-se uma estratégia de política de capitação dos grandes bancos, como já vinha ocorrendo embrionariamente desde o início dos anos 2000. Em números, isso se traduz no fato de que, em 2015, 73,4% das famílias endividadas possuíam alguma dívida com cartões de crédito (RIBEIRO, Rodrigo & LARA, Ricardo, 2016, pp. 346-9).

Essa mudança de paradigma de consumo e cenário de dívida só foi possível por consequência das alterações na distribuição de renda. Do ponto de vista da classe média, por exemplo, desde os anos 2000 até 2008, é possível notar um ritmo de redução da desigualdade de renda do trabalho urbano. Entre 2006 e 2008, o protagonismo da renda do trabalho e da criação de empregos formais se deu de forma relacional com a ascensão da classe média e da diminuição da miséria. Levando em conta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, Marcelo Neri aponta que esta pesquisa demonstrou descompasso em relação às Contas Nacionais. A renda PNAD cresceu 16,4% entre 2005 e 2006, fato que é seguido pelas taxas de vendas do comércio, a geração de postos de trabalhos e novos empregos formais. Desde 2001, o Brasil sentiu um crescimento para os mais pobres de maneira geral, despontando com a expansão da classe média. A Pesquisa Mensal de Empregos (PME) do mesmo período demonstrou também um fenômeno similar, de forma que foi possível acompanhar a saída de grupos da miséria, através da geração de empregos formais e da geração de renda. Além disso, a inserção na classe média também pode ser notada de forma significativa ao longo dos oito anos pesquisados (NERI, Marcelo, 2008).

Em suma, talvez seja possível inferir uma consonância entre o avanço do crédito no Brasil e um relativo desenvolvimento econômico que possibilitou o

florescimento e estabilização do mercado de serviços financeiros. Entretanto, parece que as consequências negativas dessas políticas se refletem sobretudo no mercado do crédito.

A administração ineficiente e o mau acompanhamento do destino dos recursos financeiros são capazes de explicar parte do aumento do endividamento das famílias que passaram a exibir um resultado orçamentário negativo. As razões econômicas gerais que explicam os motivos pelos quais uma pessoa adentra nesse cenário, de maneira geral, são três: (1) baixa renda, de modo que sequer são cobertas as despesas essenciais, (2) alta renda combinada com gastos compulsivos e (3) falta de controle financeiro das entradas e saídas, independente da renda.

No cenário brasileiro o SPC Brasil demonstrou que os consumidores atrasam com maior intensidade contas que resultam em incidência de juros em caso de atrasos, o que agrava sua própria situação financeira. O cartão de crédito fornece uma sensação de facilidade para promover gastos, criando um imediatismo das decisões fruto da falsa sensação da disponibilidade de dinheiro no momento para gastá-lo. O tipo de dívida mais recorrente entre as famílias com diferentes faixas salariais advém do cartão de crédito. Todavia, há diferenças relevantes no que tange ao resto da composição da dívida. As famílias com menor renda tem maior percentual de endividamento oriundo de crédito pessoal e carnê, enquanto famílias mais abastadas possuem endividamento para financiamento de automóveis e residências (HATANO, Nicoli & MORAIS, Gilson, 2019, pp. 3-4).

Segundo Fabiano Yasuda sobre a utilização do crédito, quanto mais velho o indivíduo, menor o uso deste recurso. Do mesmo modo, entre homens e mulheres, estas últimas utilizam menos. A variável da idade apresenta influência no uso do crédito por conta dos ciclos de consumo e acumulação de riqueza: a posse de cartão de crédito, nesses casos, representa um acesso aos serviços bancários. No que tange a renda familiar, percebeu-se que famílias com ganhos superiores a oito salários usam mais o cartão de crédito do que uma residência com até um salário-mínimo.

Acerca do padrão familiar daqueles que se endividam, a idade se apresenta também como significativa: quanto mais velho, menor o uso do crédito. Outro fator interessante é a localização das famílias analisadas. Do ponto de vista das macrorregiões, a taxa de utilização de crédito é de 79,2%, enquanto no Centro-Oeste é de 72,8%. Norte, Nordeste e Sudeste possuem taxas respectivas de 77,7%, 78,6% e 76,8%. Em relação ao endividamento, o Sul e o Centro-Oeste possuem uma taxa de 17,8% e 17,9%, enquanto a

menor taxa é encontrada no Sudeste com 15,4%. De acordo com Yasuda, mais do que um aspecto geográfico, existe um fator cultural que faz com que diferentes regiões tenham hábitos de consumo de crédito distintos. O uso do crédito, portanto, fica condicionado pelo acesso ao mesmo. Pessoas menos favorecidas utilizam menos o crédito devido à falta de acesso aos serviços financeiros. Em contrapartida, o endividamento ainda é elevado mesmo com essa menor utilização do crédito em proporção (YASUDA, Fabiano. 2011).

O endividamento e a inadimplência dos trabalhadores no Brasil nos anos 2000-2015 apontam para transformações importantes no comportamento das classes menos abastadas em relação à sua renda e ao consumo. Os produtos e serviços financeiros passaram a ser mais comuns na vida destes indivíduos. Do ponto de vista das classes menos abastadas, em julho de 2005, o nível de endividamento destas estava em 20% da massa salarial ampliada disponível nos últimos 12 meses, de acordo com Relatório de Estabilidade Financeira (REF). Já em 2011 podemos notar um aumento expressivo na parcela da renda das famílias com o pagamento de dívidas: em 2005 era aproximadamente 17%, em setembro de 2011, 21,1%. Em 2014, o índice apresentou um endividamento de 45,5% em relação a dezembro de 2013 (RIBEIRO, Rodrigo & LARA, Ricardo, 2016, pp. 345-6). No caso brasileiro, as populações de baixa renda se relacionam com três aspectos da “cultura do endividamento”: (a) a moral na sociedade, (b) a preferência no tempo, sobretudo à possibilidade de consumir e delongar este consumo e (c) o grau de autocontrole relativo às tomadas de decisões financeiras.

Entretanto, como bem enfatizou MOURA (2005), em seu trabalho sobre o impacto do materialismo – o valor dado aos bens materiais e propriedades – no endividamento de famílias de baixa renda em São Paulo, grande parte das dívidas decorrem de fatores socioeconômicos, atrelados aos índices de vulnerabilidade. As conclusões da autora é que o materialismo possui influência sobre a atitude de endividamento, mas é indireto em relação as dívidas. Na realidade, o aspecto central da dívida é que quanto menor a vulnerabilidade das famílias, mais esta última está propensa a constituir dívidas. No contexto de baixa renda de São Paulo, níveis maiores de endividamento estão entre as famílias com menor índice de vulnerabilidade. Ocorre que as famílias mais vulneráveis têm menos acesso ao mercado de crédito, logo, menor possibilidades de gerar um “efeito bola de neve” com suas finanças. O fato é que mesmo dentre as classes menos abastadas há nuances significativos e, somado a isso, muitas vezes o endividamento entre estas populações parece surgir a fim de atenuar as flutuações

da renda e não tanto de um consumismo exacerbado. Padrão que não se repete nas classes média e alta (MOURA, A.N. 2005).

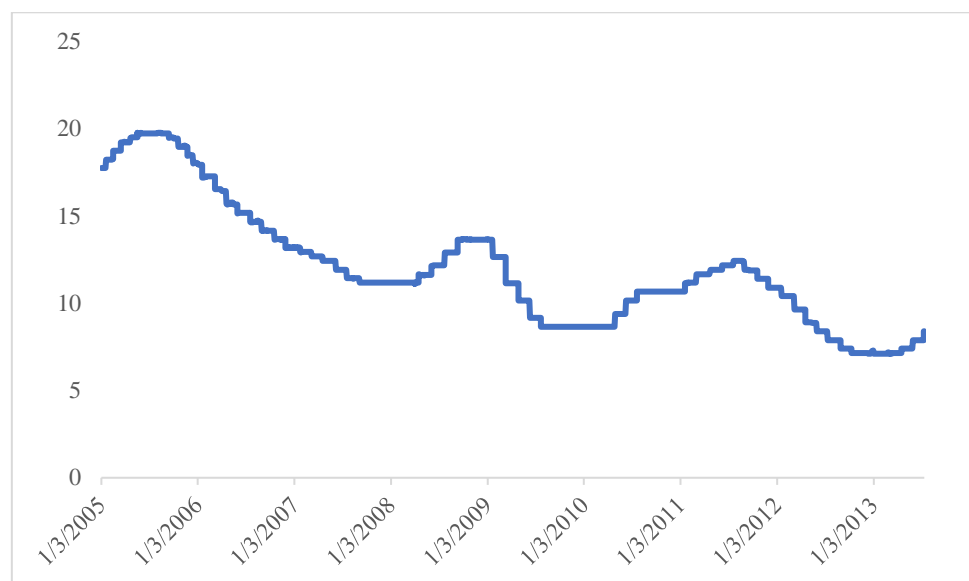
Podemos notar que, de 2010 até 2015, houve uma tendência de estabilidade de endividamento em várias frentes, inclusive no cartão de crédito – o único aumento foi o peculiar endividamento pelo financiamento de carros, que foi de 10,3% para 14,4% em março de 2015 e do financiamento imobiliário, de 3,2% para 7,8%. Esse panorama da dívida brasileira apontou também que mais de 60% dos consumidores inadimplentes possuem contas que representam mais que 100% de sua renda e que 53% desses inadimplentes acumulam até duas dívidas não honradas. Os salários baixos dos empregos criados a partir de 2002 foi um motor desse capital de juros, mas que atacou as condições da maioria da população. Essa estabilidade desde 2010 e a queda das inadimplências aparecem como resultados da recessão econômica que inviabilizou a rotação do capital por parte das camadas mais baixas da sociedade. Ou seja, não houve uma desvinculação populacional do crédito de forma real, mas apenas uma “forçada” retirada deste por conta da situação desfavorável do país. Entre 2010 e 2018, as famílias com menor nível de renda tiveram um *maior* endividamento comparadas às famílias mais abastadas (HATANO, Nicoli & MORAIS, Gilson, 2019).

Em 2012, já encontramos a preocupação de representantes do Banco Mundial e da Secretaria de Assuntos Estratégicos brasileira em relação à pobreza no Brasil e o consumo da classe média. Nesse momento já havia sido apontada a cultura do parcelamento das compras e do cartão de crédito, apostando que os brasileiros não percebiam os altos juros embutidos nas prestações. A preocupação é que em um quadro de baixo crescimento após 2010 e índices de dívidas tão altas tornaram-se um alerta para o sistema financeiro. A saída encontrada pela política e pelas instituições financeiras baseou-se numa aposta na responsabilização do consumidor. Apelou-se para um autocontrole do suposto consumismo da população. Instituiu-se também a ideia de uma “educação financeira”, que se traduzia em política de Estado (vide o Decreto Presidencial nº 7377/2010) que visava promover e fomentar uma cultura de compreensão por parte dos cidadãos das escolhas de gestão de seus recursos. Assim, contribuiria para a eficiência e a solidez do mercado financeiro (RIBEIRO, Rodrigo & LARA, Ricardo, 2016, pp.353-354).

Em proporção, vemos que a população pobre utiliza menos o crédito que a parcela rica da sociedade. Entretanto, isso não significa a ausência de endividamento, mas

justamente o oposto. A ampliação dos serviços financeiros significou a disponibilidade de crédito para setores até então excluídos dessa atividade econômica. O Estado brasileiro apostou nesse tipo de estratégia para incentivar o consumo popular, assim como os bancos fizeram o mesmo a fim de captar recursos. A problemática se criou quando a utilização do crédito se traduziu na utilização do cartão de crédito a juros altos e na consolidação de uma cultura de consumo. Elementos que desembocaram em um cenário de alto endividamento e vulnerabilidade econômica em 2015. Desse modo, o consumo seguiu uma tendência inicial de recuperação econômica até meados de 2005, mas após esse período o endividamento chegou a níveis alarmantes. Após 2010, com a relativa recessão econômica, as vulnerabilidades sociais apareceram novamente como fator agravante dessa crise econômica. No gráfico observamos que a taxa de juros apesar de menor, comparada aos anos anteriores, ainda está elevada e a partir de meados de 2010 com o aumento da inflação, o banco central aumentou a taxa de juros e adotou novas medidas para restringir o crédito buscando assegurar a estabilidade do sistema financeiro. Tais medidas afetaram a concessão do crédito, ocasionando uma queda no volume, redução dos prazos das operações e aumento de custos.

Gráfico 5: Taxa de juros - Selic anualizada - % a.a.
(2005-2013)



Fonte: Banco Central, 2022.

3 CONSUMISMO, ENDIVIDAMENTO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Diante ao consumismo considerado de forma desenfreada nesses últimos anos principalmente no Brasil, o tema é um assunto considerado relevante para uma boa reflexão. Para isso, é necessário estar atento às armadilhas existentes diante ao mundo globalizado, aos gastos desnecessários, às ausências de reservas financeiras e à despreocupação com o futuro financeiro, principalmente no século em que estamos vivendo.

No Brasil, o crescente leque de produtos oferecidos aos consumidores atualmente, dão por consequência uma maior probabilidade aos cidadãos principalmente brasileiros, que tenham um maior descontrole sobre as questões financeiras. Infelizmente, no Brasil a educação financeira ainda está bem longe de alcançar um patamar necessário quando comparamos ao cenário local com o de países desenvolvidos. Portanto, é injusto culpar a atual educação financeira brasileira sem que entenda um dos aspectos primordiais no contexto brasileiro, como por exemplo, a inflação que cresce descontroladamente.

O Brasil passou por instabilidades econômicas durante anos, fato que pode explicar o motivo pelo qual o tema Educação Financeira foi classificado como desnecessário, “numa economia sufocada pela inflação, qualquer tentativa de planejamento financeiro tinha resultados frágeis e desanimadores” (D’AQUINO, 2008, p.9).

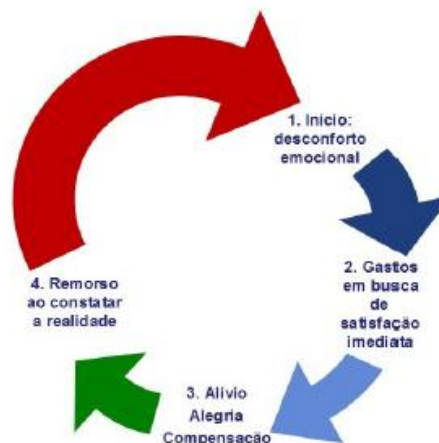
Diante a esses aspectos surge-se então, um assunto que é considerado como um dos principais impactos para o descontrole financeiro de muitas pessoas hoje em dia na sociedade: o consumismo. Em um mundo que atualmente é globalizado e logo, é dominado pelo capitalismo, a prática do consumo é ligada ao constante desenvolvimento da sociedade e sua necessidade inerente de compras em excesso, sem perceber o impacto que isso pode vir a causar para o seu próprio bolso, para a economia no geral e para o meio ambiente.

Essa prática de consumir, é classificada por profissionais na área, em quatro fases sendo:

- **1ª fase:** quando o consumidor faz compras de rotina, sendo aqui enquadradas as mercadorias de baixo valor que são adquiridas periodicamente;

- **2ª fase:** quando são realizadas as compras com valores limitados, realizadas com menos frequência, aqui a prática de consumo ainda é considerada “controlada” tendo o indivíduo um certo limite de gasto afim de que não prejudique outras questões em sua vida;
- **3ª fase:** aqui já se enquadra as compras de valores altos, sendo relacionadas à necessidade de comprar “o melhor” sendo que, muitas das vezes, a pessoa não tem condições o suficiente para realizar a comprar, optando por empréstimos bancários e afins, gerando por consequência, mais dívidas; e por fim
- **4ª fase:** aqui chegamos ao ápice do consumismo, de forma descontrolada e impulsiva, onde são realizadas compras não planejadas, sem necessidade de variados valores.

Figura 4: Ciclo da Pessoa Consumista



Fonte: Apostila EAD BRB, 2019

Conforme as fases mencionadas, o consumismo pode chegar em algumas pessoas, na fase de evoluir para um quadro clínico grave, onde o indivíduo não tem a capacidade de desapegar de seus bens materiais adquirindo, gerando um grande acúmulo, além de gerar grandes consequências na vida financeira da pessoa, onde a mesma chega a fazer dívidas que não consegue quitar devido à patologia relacionada ao consumo excessivo.

Outro impacto causado pelo consumismo, é a relação que esse tem com o meio ambiente. Isso porque, para que se atenda a demanda da produção e do consumo das pessoas é necessário retirar matérias-primas da natureza, fabricar e transportar

materiais, fazer grande uso de energia elétrica e de água, gerando então por consequência, a degradação e devastação ambiental e por fim, a poluição no geral.

Voltando as questões financeiras, no decorrer dos anos, outro ponto que é considerado principal na qual decorre o endividamento brasileiro, é o uso do cheque especial, carnê/crediário em lojas, empréstimos pessoais, financiamento de veículos e as conhecidas altas faturas de cartão de crédito. De acordo com uma pesquisa do Jornal Extra feita no ano de 2014, "Seis em cada dez (57%) inadimplentes estão com faturas do cartão atrasadas.

Por outro lado, o principal motivo que impede a quitação das dívidas, apontado por 33% dos inadimplentes, é a falta de controle ou planejamento financeiro. Mas tardar, no ano de 2018, de acordo com uma pesquisa do Banco Central do Brasil, é possível verificar que o brasileiro está a cada ano comprometendo mais a sua renda com pagamento de dívidas. Recentemente, neste ano de 2021 a CNC fez uma pesquisa apontando que, 72,9% das famílias brasileiras estão endividadas ou inadimplentes.

A ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013)

O grau de endividamento cresce em uma linha ascendente sem projeções de reversão, o que no momento em que passamos e ainda estamos vivenciando de pandemia devido ao covid-19, na qual a sociedade em si se viu obrigada a seguir as regras impostas com o objetivo de impedir a propagação do vírus, fez com que impactasse a economia tanto brasileira quando nos países a fora.

Segundo dados levantados, no qual foram realizados pelo Instituto Paraná, as pesquisas demonstraram que aproximadamente 83% dos entrevistados afirmaram ter sido prejudicados financeiramente durante a pandemia.

Para especialistas do setor, é evidente que esses dados mostram mais um lado dos problemas causados pela crise, mas também deixam ainda mais clara a dificuldade que a população brasileira tem de construir e seguir um planejamento financeiro que seja capaz de equilibrar as receitas e gastos pessoais, sendo a maioria dessas pessoas, tomando conta do grande prejuízo quando chegam a situações extremas de endividamento.

Como citado, essa prática de consumir e adquirir descontroladamente sem necessidade principalmente no Brasil é considerada como um dos principais fatores para que a educação financeira seja mais adaptada na vida do Brasileiro. Portanto, para que a educação financeira seja adaptada de maneira eficiente, é essencial que se tenha o devido conhecimento do porquê está sendo implantada, sendo as suas três fases principais sendo o endividamento, o planejamento financeiro e o investimento.

3.1 Educação Financeira

A Educação financeira veio se tornando um dos assuntos mais comentados e criticados no decorrer dos últimos anos, devido a sua importância para o desenvolvimento da economia no geral e no desenvolvimento das pessoas sendo relacionada a capacidade de influenciar a sociedade em tomar decisões da melhor maneira possível.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento desse trabalho é de uma ampla pesquisa exploratória diante aos artigos, notícias e entrevistas que retratam acerca do tema. A problemática que também é utilizada como norte do desenvolvimento, levanta questões como: qual as vantagens da educação financeira? Nos dias atuais o consumismo é o maior responsável pelo comprometimento do dinheiro das pessoas? Qual o impacto causado pelo endividamento na qualidade de vida da pessoa? Tendo como justificativa, dados que foram coletados através dos artigos utilizados como base de estudo.

Portanto, o objetivo principal do presente trabalho é trazer à tona os principais aspectos diante à educação financeira, suas classificações existentes e como ela se retrata de forma importante na vida do ser humano e para o mercado financeiro no geral.

A princípio se faz necessário a seguinte questão: o que é a educação financeira? Em tese, a mesma é considerada de fato como algo distante para muitas pessoas no Brasil, sendo conceituada como um processo instaurado aos indivíduos dentro da sociedade na qual tem o objetivo de fazer com que esses tenham uma melhor compreensão dos conceitos e produtos financeiros que por ventura, adquirem dentro do mercado.

A Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Para Domingos (2014), "a educação financeira nada mais é do que algo que auxilia a administração dos recursos financeiros, por meio de um processo de mudança de hábitos e costumes adquiridos há várias gerações." Certamente, não se trata de algo que possa ser feito repentinamente, pois é preciso entender as vantagens que o conhecimento acerca do assunto pode proporcionar à pessoa interessada.

Portanto, é um instrumento que visa auxiliar na qualidade de vida financeira da pessoa sendo ligada aos níveis de endividamento, inadimplência e investimento, exigindo mudanças de hábitos e comportamentos perante o dinheiro que adquire sendo necessário que as pessoas avaliem suas necessidades e desejos e entendam como os efeitos de suas escolhas podem afetar a qualidade de vida no presente e no futuro.

Acerca do endividamento, como já mencionado anteriormente, vem crescendo descontroladamente no Brasil no decorrer dos últimos anos, sendo considerados três fatores para que ocorra isso: a inflação dos produtos, o mal-uso do dinheiro e o consumismo das pessoas.

O problema, principal se inicia quando a pessoa passa a consumir muito, sendo a maioria das vezes começando com a grande quantidade de compras sem necessidade, compras a prazo, geralmente no cartão de crédito, o que chega a ser assustador ao final do mês que é quando se dá conta do valor acumulado, fazendo com que, a maioria das pessoas não efetuem o pagamento da fatura ou parcelem a mesma, o que acarreta juros e mais juros, crescendo então a dívida.

O segundo ponto, trata-se a respeito do planejamento financeiro, no qual, se for bem-feito é indispensável à vida das pessoas pois possibilita saber, com antecedência, que caminhos estão sendo trilhados, visando maximizar os resultados econômico-financeiros. A primeira vantagem do planejamento financeiro é a clareza que ele traz diante à todas as outras ideias que a pessoa possa vir a ter acerca de algum investimento, projeções futuras e afins.

Figura 5: Ciclo do Planejamento Financeiro



Fonte: Portal RBV, 2019

Esses hábitos, por consequência, traz uma devida tranquilidade e menos estresse à vida das pessoas. Portanto, o planejamento financeiro consiste em definir os objetivos de vida a serem alcançados por cada um se adequando aos recursos disponíveis para execução desse planejamento, fazendo com que a pessoa perca o “medo” de lidar com o dinheiro, o que acontece em muitos casos onde, a pessoa não sabe administrar gerando dois lados negativos: o consumismo como citado acima ou não gastando e investindo o dinheiro ganho em nada.

E por fim, a última etapa da educação financeira, sendo considerada como a resolutiva, o investimento financeiro. Após a pessoa ter se livrado das dívidas presentes no endividamento, ter aprendido a lidar com o seu dinheiro através do planejamento financeiro, essa fase é considerada como a mais sendo adequada quando à ideia é adquirir uma independência financeira, preparar para as dificuldades e imprevistos que possa a surgir e como principal: alcançar metas e objetivos de sonhos.

Quando falamos em investir, a educação financeira é essencial pois um bom investidor vai entender melhor como funciona os processos da sua conta corrente, terá o hábito de fazer planejamentos financeiros, controlar seus gastos e investir em seus objetivos.

Atualmente, existe 3 formas de investimentos presentes tanto no mercado financeiro ou investimento pessoal, no Brasil, por exemplo, temos as seguintes formas consideradas mais populares:

- **Investimento de renda fixa:** essas aplicações são aquelas que têm uma regra definida de rentabilidade. Por meio dessa regra, é possível saber de forma exata ou aproximada quanto um determinado investimento vai render. As principais aplicações de renda fixa do mercado hoje são:
 - Poupança;
 - Tesouro Direto (Tesouro Selic, Tesouro IPCA, Tesouro Prefixado);
 - CDB (Certificado de Depósito Bancário);
 - LCI (Letra de Crédito Imobiliário);
 - LCA (Letra de Crédito do Agronegócio);
 - LIG (Letra Imobiliária Garantida);
 - LC (Letra de Câmbio);
 - LF (Letra Financeira);
 - debêntures;
 - debêntures incentivadas (sem Imposto de Renda)
 - fundos de investimento;
 - COE (Certificado de Operações Estruturadas).

- **Investimento de renda variável:** são as aplicações nas quais os rendimentos são imprevisíveis e depende de outros fatores, como por exemplo a saúde ou economia. As principais aplicações de renda variável do mercado hoje são:
 - Ações;
 - Fundos de ações;
 - Fundos multimercado;
 - Fundos imobiliários;
 - ETFs;
 - Derivativos (como opções de ações e contratos de dólar);
 - Commodities (como ouro e petróleo);
 - COE (Certificado de Operações Estruturadas).

- **Investimento em imóveis:** também conhecido como “ativos reais” no qual consiste na compra de imóveis e aquisição ou abertura de uma empresa, sendo principalmente nos dias de hoje, considerados como um investimento de risco, sendo necessário analisar a situação do mercado em que está inserido, público-alvo e afins.

Portanto, até mesmo no investimento, é importante ressaltar qual opção é mais cabível à situação financeira de cada pessoa afim de evitar que, voltem à estaca zero da fase de endividamento.

Diante a descrição das fases principais da educação financeira, é possível identificar que a mesma é um meio eficaz para que as pessoas aprendam a consumir de uma forma consciente. É extremamente importante saber se comportar diante de dívidas e financiamentos e entender a importância e as vantagens de planejar para acompanhar o orçamento pessoal e familiar.

Em tese, a educação financeira de uma pessoa não embasa apenas problemas relacionados ao dinheiro, mas também em questões de saúde das pessoas. Conforme o entendimento de Hoji (2014), “a saúde financeira tem um significado semelhante à da saúde física e mental. Na realidade, a saúde financeira e a saúde física e mental estão tão entrelaçadas que, em geral, uma depende da outra.”

Dívidas geram aumento de preocupações e nervosismo excessivo que podem acarretar uma hipertensão, problemas com ansiedade e depressão, insônia, problemas estomacais, fadiga e fraqueza, abuso de drogas, álcool e fumo, distúrbios alimentares, úlceras, dificuldade de concentração, irritabilidade, moral baixa, dificuldade de relacionamento com a família e amigos, problemas cardiovasculares e principalmente psicológicos.

Logo, a importância da educação financeira se concretiza a partir do momento em que, além de ajudar a pessoa a estabelecer limites diante a vida financeira, passa a ajudar também em questões da saúde de quem precisa ter um controle financeiro, fazendo com que tenha uma qualidade de vida melhor.

O primeiro passo para que se tenha um controle financeiro é adequar a sua própria realidade e não a de outras pessoas. Uma das técnicas que são aplicadas nos cursos acerca da educação financeira sobre como deixar de ser uma pessoa consumista está na figura exemplificativa abaixo.

Figura 6: Decisão de Consumo

Fonte: Apostila EAD BRB, 2019

A educação financeira é essencial para que seja possível mudar o cenário tanto das famílias brasileiras quando das famílias de outros países que, também sofrem com a dificuldade de manter um equilíbrio financeiro, porém é possível seguir alguns passos que são importantes e colaboram com esse controle, como:

- Cortar alguns gastos desnecessários;
- Quitar dívidas altas para conseguir economizar dinheiro;
- Trocar juros altos por juros mais baixos;
- Criar metas e objetivos para projetos pessoais, como por exemplo, através de um planejamento financeiro;
- Falar sobre os novos hábitos de consumo com toda a família acaso more com conviva com mais alguém;
- Controlar os gastos e gastar menos do que ganha mensalmente;
- Fazer uma reserva financeira através de poupanças, bolsas e afins;
- Anotar os gastos e adotar um sistema de controle financeiro, iniciando com o que gasta mensalmente;

- Evitar atrasar o pagamento das contas;
- Buscar maneiras alternativas de aumentar a renda familiar;
- Conseguir entender quais compras são necessárias e quais são aquelas feitas por impulso;
- Dar preferência para pagar compras à vista evitando o uso de cartão de crédito ou crediário lojista.

Sendo assim, é notável que, a educação financeira não é uma forma implantada apenas no sentido de que se aprenda a guardar dinheiro, indo bem mais além disso, ensinando a se ter uma boa relação com o dinheiro que é adquirido.

Reconhecer a importância que esse fundamento tem em nossas vidas é de fato, incomum pois, a maioria das pessoas presentes na sociedade e no mercado financeiro, não se importam e nem se interessam em ter um planejamento financeiro ou ao menos pensam no futuro e os imprevistos que podem trazer, acarretando a atual realidade em que se encontra a maioria das famílias brasileiras conforme citado nas pesquisas arguidas nesse desenvolvimento.

É comum que se encontre pessoas hoje em dia que aparentam ter uma ótima qualidade de vida, porém não tem conhecimento de controle e finanças pessoais e, da mesma forma, não é difícil encontrar pessoas que administram suas finanças de maneira extraordinária e acabam não tendo tempo para aproveitar a vida, isso já é um fato.

Portanto, o principal foco da educação financeira principalmente no território brasileiro, é fazer com que as pessoas passem a ter um planejamento financeiro em suas vidas afim de que supra os impactos que podem vir a acontecer durante os anos, sendo o objetivo preparar as pessoas e reeducá-las diante aos seus consumismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar a forma como os indivíduos se relacionaram com o crédito diante desse cenário de mudanças econômicas ao longo dos anos e como isso afeta suas decisões financeiras, com a finalidade de promover uma tomada de consciência das pessoas com relação a educação financeira e sua importância.

É evidente a necessidade de ter uma situação financeira mais equilibrada, de manter um bom orçamento familiar, diminuir os endividamentos e promover uma cultura de poupança. A crise gerada pela pandemia, por exemplo, evidenciou a fragilidade financeira de uma parcela bem significativa da população que precisou de auxílio do governo para se manter durante esse período. No decorrer da realização desse trabalho podemos notar, mais uma vez, que a educação financeira é indispensável na vida das pessoas, principalmente no que tange períodos de crise.

Ao lidarmos com dinheiro estamos constantemente fazendo escolhas, desde as mais simples e imediatistas até as mais complexas que possam comprometer o nosso futuro. Diariamente ocorrem situações que demandam algum conhecimento financeiro, seja o simples fato de ir ao mercado fazer compras, decidir qual a melhor opção para comprar um bem, seja um apartamento ou uma geladeira e ao realizar algum tipo de investimento. Tais atividades deveriam ser precedidas de uma educação financeira, de forma que este tenha consciência da importância do dinheiro, a melhor forma de usar, guardá-lo, fazer orçamento, planejamento, dentre outros. Ao ter esse conhecimento e entendimento, faz com que se tome decisões mais assertivas e facilita nossa reação diante de algumas situações de urgência já que preocupação financeira são causas constantes de estresse na vida das pessoas, tendo impacto direto na saúde física e mental, além dos relacionamentos familiares, pessoais e profissionais.

Observamos que no Brasil o tema ainda não tomou proporções relevantes, nota-se algumas iniciativas independentes por parte de instituições públicas e, principalmente, privadas que tentam levar informações e conhecimento ao consumidor. Um dos possíveis motivos desse atraso deve-se estar atrelado ao passado histórico do país, conforme abordado no primeiro capítulo do trabalho, devido as altas taxas de inflação e variações monetárias que durante muitos anos foram características bem marcantes da economia brasileira e em um ambiente como este o indivíduo acaba sendo pressionado a tomar decisões de curto prazo e sem planejamento.

Concluiu-se que a Educação Financeira quando inserida no cotidiano das pessoas, contribui para um planejamento econômico equilibrado e consumo consciente, este trabalho procurou contribuir para estimular e incentivar a discussão e busca por políticas de incentivo a educação financeira.

Por fim, fica nítido que adotar hábitos saudáveis e conscientes na vida financeira é fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, J. R. **A Educação Financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular.** 89f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNOESTE, São Paulo, 2009.

ARCOVERDE, Guilherme Lins. **O Mercado de Crédito no Brasil.** Brasília, 2002. 15f. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, Banco Central do Brasil, Brasília, 2002. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2002nt15creditmarketbrazilp.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Financeira Nacional (SFN).** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>> Acesso em 20 jun. 2021.

BARBOSA, C.; CERBASI, G. **Mais tempo, mais dinheiro: Estratégias para uma vida mais equilibrada.** Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira do boom ao caos econômico.** São Paulo, Todavia 1ª ed., 2018.

CORREA, P.; DE PAULA, L.; OREIRO, J.; BASÍLIO, F.. **Estrutura o Setor Bancário e o Ciclo Recente de Expansão de Crédito: O Papel dos Bancos Públicos.** Anpec, Salvador, 2010.

D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira: como educar seus filhos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GOES, T.Reis, FREITAS, Lucio Flávio e MOTA, Fábio Batista. **A Oferta de Crédito no Brasil Pós Plano Real,** 2007. Revista Desenbahia.Volume.

HAFFNER, Jaqueline A. H. **Microeconomia.** Curitiba: Ed. Intersaberes, 2013.

IVO, De Andrade (2016) **A Expansão do Crédito no Brasil: Uma Ferramenta para o Desenvolvimento Socioeconômico.**

LARA, Ricardo & RIBEIRO, Rodrigo F. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo, nº 126, pp. 340-359).

MACEDO JR., Jurandir Sell, **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar a sua independência financeira.** Florianópolis: Insular, 2013.

MORAIS, Gilson A. & HATANO, Nicoli Carolini. Endividamento das famílias brasileiras. **Revista de Gestão e Estratégia.** Vol. 1, nº 1, 2019, pp. 1-9.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2008.

PERETTI, Luis Carlos. **Educação financeira: gestão empresarial: Um guia para ajudar resolver seus problemas**. 1 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007

PERETTI, Luis Carlos. **Educação financeira na escola e na família**. 2 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007.

PORTO, Elisabete. (2014) **Evolução do Crédito Pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

Raio X do investidor brasileiro – 2º edição. Anbima. Disponível em https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2019.htm. Acesso em: 04 de Jun. De 2020.

ROCHA, Fernando Alberto Sampaio. **Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994-2000)**. Brasília, 2001. 40f. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, Banco Central do Brasil, Brasília, 2001. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2001nt11concentbanpc.pdf>. Acesso em 27 maio. 2021.

RUBINFELD, Daniel L.; PINDYCK, Robert S. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SEABRA, Rafael. **Como Investir Dinheiro**. Recife, PE: Ed. do Autor, 2013. Disponível em <http://comoinvestirdinheiro.com.br/ComoInvestirDinheiro-Amostra.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

SOARES, R. P. (2001) **Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação**. Texto para Discussão IPEA, nº 808. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

SOUSA, Almir F.; TORRALVO, Caio F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. 160 p.

YASUDA, Fabiano. **Determinantes do uso do crédito no Brasil**. Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo: 2011. (Dissertação de Mestrado).